A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA COMUM: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

ADRIANA BARBOSA DE FRANÇA ARAGÃO

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar a inclusão de alunos com deficiência na sala de aula, explorando as possibilidades pedagógicas e os desafios estruturais e pedagógicos que permeiam esse ambiente. A pesquisa discute a transição da segregação para a inclusão, compreendido não apenas como a garantia de formação do aluno, mas como a transformação da cultura escolar para acolher e valorizar a diversidade humana, com foco na interação e igualdade entre todos os alunos. Ao promover o convívio, a inclusão beneficia a todos, desenvolvendo empatia, cooperação e respeito às diferenças, além de impulsionar a busca por práticas pedagógicas mais criativas e flexíveis, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). No entanto, o texto também aprofunda os desafios persistentes, como a formação docente, muitas vezes insuficiente para lidar com a complexidade da inclusão; as barreiras arquitetônicas e, sobretudo, as atitudes, marcadas pelo preconceito (capacitismo) e por baixas expectativas; e a rigidez de sistemas curriculares que desconsideram as necessidades individuais. O artigo argumenta que a mera presença física do aluno com deficiência não caracteriza a inclusão; o sucesso do processo depende de políticas públicas eficazes, investimento em recursos, formação de professores e, fundamentalmente, da desconstrução de preconceitos na comunidade escolar para fomentar a genuína integração e inclusão social entre as crianças. Conclui-se que a educação inclusiva é um pilar para a construção de uma sociedade democrática, mas seu potencial só será plenamente alcançado com um planejamento estratégico e um compromisso ético-político que garanta o direito de todos a uma aprendizagem significativa e a um pertencimento real.
Palavras-chave: Inclusão Escolar. Educação Especial. Deficiência. Práticas Pedagógicas. Adaptação Curricular. Barreiras Atitudinais. Interação Social.

1. INTRODUÇÃO

A construção de um sistema educacional inclusivo representa um dos maiores avanços e, ao mesmo tempo, um dos desafios mais complexos para as sociedades modernas. Superando um longo e doloroso histórico de exclusão e segregação, a educação inclusiva surge como um direito humano fundamental, consolidado em legislações nacionais e internacionais, que defende o acesso, a participação, a interação social e a aprendizagem de todos os alunos, sem exceção, nos mesmos ambientes escolares de forma que todos os alunos tenham as chances de obter os mesmos resultados.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015) formam uma robusta jurisdição legal que assegura o direito à matrícula na rede regular de ensino.

Contudo, a passagem da lei para a prática cotidiana da sala de aula revela um cenário repleto de dilemas e desafios. A mera inserção de um aluno com deficiência em uma turma comum não garante sua inclusão. Este processo exige uma profunda reestruturação da cultura, das práticas pedagógicas e da própria organização escolar.

Neste sentido, o debate vai além das leis e adentra o ambiente da sala de aula, questionando como a escola pode, de fato, se transformar para acolher e potencializar o desenvolvimento de cada indivíduo em sua individualidade, garantindo não apenas o aprendizado, mas também a interação genuína entre crianças com e sem deficiência.

A perspectiva sociointeracionista de Vygotsky (1984) oferece uma base teórica crucial para essa discussão, ao declarar que o desenvolvimento humano é impulsionado pela

interação social. Para ele, a deficiência não é apenas uma condição biológica, mas uma construção social, e é na interação com os outros e com a cultura que o sujeito se desenvolve. A escola inclusiva, portanto, torna-se um espaço privilegiado para essas interações ricas e diversas, onde a mediação do professor e, fundamentalmente, dos colegas é vital para o avanço de todos. Em acordo com esse pensamento, Paulo Freire (1996) nos lembra que a educação é um ato político e uma "prática da liberdade", o que implica um compromisso ético com a superação de todas as formas de opressão, incluindo a exclusão de pessoas com deficiência.

Apesar do avanço conceitual e legal, a realidade das escolas brasileiras ainda é marcada por inúmeros obstáculos. A formação de professores frequentemente se mostra insuficiente para lidar com as demandas específicas da inclusão, gerando insegurança e sobrecarga. As barreiras arquitetônicas persistem, mas as maiores barreiras continuam sendo as atitudes – o preconceito, as baixas expectativas, o capacitismo – que se revelam como os entraves mais difíceis de superar, impactando diretamente a forma como os alunos com deficiência são percebidos e incluídos por seus pares. A rigidez dos currículos e dos sistemas de avaliação padronizados muitas vezes se choca com a necessidade de flexibilização e personalização do ensino.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades pedagógicas no processo de inclusão de alunos com deficiência na sala de aula comum, com especial atenção à promoção da interação social entre todas as crianças. A análise se propõe a discutir estratégias e abordagens que podem transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo, ao mesmo tempo em que aponta os obstáculos estruturais e culturais que precisam ser enfrentados para que o direito à educação se concretize de forma plena e equitativa para todos.

2. DESENVOLVIMENTO: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para compreender os desafios atuais da inclusão escolar, é fundamental analisar a longa e árdua trajetória de como a sociedade e a educação lidaram com a pessoa com deficiência. Esse percurso não é linear, mas sim marcado por profundas rupturas e por uma lenta, mas progressiva, mudança de conceitos e de como essas pessoas eram vistas na sociedade. Essa evolução reflete diretamente a forma como a deficiência foi percebida ao longo do tempo: de uma condição puramente biológica e incapacitante a uma construção social, que evidencia as barreiras impostas pela própria sociedade.

Este capítulo se propõe a percorrer essa trajetória, partindo de um modelo inicial de exclusão e segregação, onde a pessoa com deficiência era vista como um objeto de caridade ou de intervenção médica, isolada em instituições especializadas. Em seguida, analisaremos o protótipo da integração, que representou um avanço ao inserir o aluno na escola regular, mas ainda sob a lógica de que ele deveria se adaptar a um sistema inalterado.

Finalmente, chegaremos à norma da inclusão, uma mudança radical que defende a transformação da escola para acolher a todos, vendo a diversidade não como um problema, mas como um pilar para uma sociedade democrática.

2.1 Da Exclusão à Segregação: O Paradigma da Institucionalização

Durante grande parte da história da humanidade, a deficiência foi associada a estigmas de anormalidade, sendo frequentemente interpretada como um castigo divino ou uma ameaça à ordem social.

Em diversas culturas antigas e medievais, essa visão resultava em práticas severas de rejeição e abandono, deixando as pessoas com deficiência à margem da comunidade. Nesse contexto, a educação formal era um privilégio inalcançável para elas, que eram vistas como "ineducáveis", um fardo para a família e a sociedade, cujo destino era o total isolamento ou a invisibilidade social.

A virada para um tratamento minimamente humanitário, embora ainda segregador, começou a surgir a partir dos séculos XVIII e XIX, com o Iluminismo e os ideais de filantropia. Nesse período, surgem as primeiras instituições especializadas, marcando o iní-

cio da era da segregação.
Figuras como o Abbé de l'Épée – o "Pai dos surdos"-, na França, que criou a primeira escola pública para surdos, e Valentin Haüy, que fundou a primeira escola para cegos, foram pioneiros. No Brasil, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant) foi fundado em 1854, e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) em 1857.
Embora representassem um avanço em relação ao abandono, essas instituições operavam sob a lógica da separação: as pessoas com deficiência eram retiradas da sociedade para viver e aprender em ambientes "protegidos" e homogêneos, o que reforçava o estigma e limitava drasticamente suas possibilidades de desenvolvimento e participação social.

2.2 O Modelo da Integração: O Aluno se Adapta à Escola

A partir de meados do século XX, com o avanço dos movimentos pelos direitos civis e humanos, o modelo de segregação começa a ser questionado. Surge então o paradigma da integração, que defendia o direito de alunos com deficiência frequentarem as escolas regulares. As primeiras leis no Brasil que começaram a tangenciar esse direito surgiram nesse período, mas ainda de forma tímida. A LDB de 1961 (Lei 4.024/61) mencionava o direito dos "excepcionais" à educação, mas ainda "dentro do possível". A lógica da integração era condicional: o aluno com deficiência era aceito na sala de aula comum, desde que conseguisse se adaptar à estrutura, ao currículo e aos métodos de uma escola que permanecia inalterada.
A responsabilidade pela adaptação recaía inteiramente sobre o aluno, que muitas vezes contava com salas de recursos no contraturno, mas não tinha o suporte necessário dentro da sala de aula regular. A integração, embora bem-intencionada, ainda operava sob uma visão normalizadora, que não questionava a estrutura excludente da própria escola.

2.3 A Conquista da Inclusão: A Escola se Adapta a Todos os Alunos

A partir da década de 1990, impulsionado por documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), emerge o modelo da inclusão. A mudança aqui é radical e profunda.
A inclusão pressupõe que não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve se transformar para acolher e atender às necessidades de todos os alunos. A diversidade humana passa a ser vista não como um problema, mas como um valor que enriquece o processo educativo. A inclusão defende o direito de todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, de pertencerem à mesma comunidade escolar, aprendendo e, crucialmente, convivendo juntos. Isso implica em mudanças significativas no projeto pedagógico, na formação de professores, na arquitetura e, fundamentalmente, na cultura e nas atitudes de toda a comunidade escolar.

2.4 Marcos Legais no Brasil: A Construção Lenta e Progressiva do Direito à Educação Inclusiva

No Brasil, a transição para o dilema da inclusão não foi um ato rápido, mas uma construção lenta e progressiva, amparada por um robusto embasamento legal que evoluiu ao longo de décadas. O ponto de partida e o ponto fundamental dessa virada foi a Constituição Federal de 1988. Conhecida como "Constituição Cidadã", ela rompeu com a lógica anterior - de que pessoas portadoras de deficiência são "incapazes" ou "necessitados" - ao estabelecer a educação como um direito subjetivo de todos, sem discriminação. Seu Artigo 208 determinou o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". A palavra "preferencialmente" foi, por muito tempo, a chave de uma disputa de narrativas: para alguns, abria a possibilidade de manter as escolas especiais; para os defensores da inclusão, indicava claramente o caminho a ser seguido, o da escola comum.
Reforçando essa base, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) consolidou o princípio da proteção integral, garantindo "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" e o "respeito pelos seus educadores", o que, por extensão, se aplicava a todas as crianças, incluin-

do aquelas com deficiência.
O passo seguinte na operação desse direito veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96). Ela aprofundou a determinação constitucional, afirmando que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades". A LDB também foi fundamental ao prever a existência de serviços de apoio especializado, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para serem ofertados no contraturno escolar, solidificando a ideia de que o suporte deveria complementar a escolarização na classe comum, e não a substituir.
Um marco político-pedagógico crucial foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Este documento do Ministério da Educação foi explícito ao afirmar que a educação especial não é um sistema paralelo, mas uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino, com o AEE como seu principal instrumento. A política de 2008 foi decisiva para orientar os sistemas de ensino a investir na transformação das escolas comuns em espaços inclusivos.
O divisor de águas nesse processo, contudo, veio com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI eliminou qualquer ambiguidade da palavra "preferencialmente" ao reforçar a obrigatoriedade da matrícula na escola regular e, de forma explicita, tipificar como crime, com pena de reclusão e multa, a recusa, suspensão, procrastinação ou cancelamento da matrícula de um aluno em razão de sua deficiência. Com a LBI, a educação inclusiva foi finalmente consolidada no ordenamento jurídico brasileiro não como uma opção ou uma preferência, mas como um direito inegociável e um dever inadiável do Estado, da família, da comunidade escolar e de toda a sociedade.

3. O CORAÇÃO DA INCLUSÃO: FOMENTANDO A INTERAÇÃO SOCIAL E A EQUIDADE NA SALA DE AULA

A verdadeiro sucesso da inclusão não reside apenas no progresso acadêmico do aluno com deficiência, mas na qualidade de suas interações sociais e no seu sentimento de pertencimento ao grupo.
É na convivência diária com os colegas de sala que a inclusão se materializa, saindo do plano legal para o plano real e afetivo. Contudo, essa é a área onde residem as maiores dificuldades e onde o papel do professor se torna mais essencial e delicado.

3.1 As Dificuldades da Integração entre Pares na Prática

A simples colocação de crianças com e sem deficiência no mesmo espaço físico não garante a interação. Muitas vezes, o que se observa é uma "inclusão excludente", onde o aluno com deficiência está presente, mas socialmente isolado.

- Barreiras “Atitudinais” e o Preconceito Infantil: Crianças sem deficiência, muitas vezes refletindo visões e medos de adultos mal instruídos, podem demonstrar estranhamento, medo ou até mesmo rejeição ao que é diferente. O capacitismo (preconceito contra a pessoa com deficiência) pode se manifestar em forma de apelidos, exclusão de brincadeiras ou uma superproteção que infantiliza e isola, impedindo que relações de amizade genuínas se formem.
- Dificuldades de Comunicação: Barreiras de comunicação são uma grande barreira. A dificuldade de um aluno com autismo em iniciar ou manter uma interação social, ou de um aluno surdo em se comunicar sem um intérprete presente, pode criar um abismo entre ele e os colegas, que podem interpretar essa dificuldade como desinteresse.
- Isolamento em Momentos Não Estruturados: É comum que a exclusão se torne mais evidente em momentos de menor supervisão do professor, como o recreio, a hora do lanche ou a entrada e saída da escola. Nesses períodos, a criança com deficiência pode ficar isolada, sem saber como se juntar a um grupo ou sem ser convidada para participar das brincadeiras.
- A Criança como "Tarefa": Existe o risco de que os colegas vejam o aluno com deficiência não como um amigo em potencial, mas como uma "tarefa" ou uma "responsabilidade", ajudando por obrigação ou para agradar ao professor, e não por um genuíno desejo de interação e troca. Isso impede a

construção de uma relação de amizade e de equidade.

3.2 Meios para Construir Pontes: Atividades e Brincadeiras Inclusivas

Para superar essas dificuldades, o professor precisa atuar como um mediador intencional e criativo, estruturando o ambiente e as propostas pedagógicas para que a interação floresça de forma natural e significativa. O objetivo é criar uma cultura de cooperação e empatia na sala de aula.

• Jogos Cooperativos: Diferente dos jogos competitivos que geram vencedores e perdedores, os jogos cooperativos exigem que todos os participantes trabalhem juntos para alcançar um objetivo comum. Jogos como "Nó Humano", onde todos precisam se desembaraçar sem soltar as mãos, construir uma torre com blocos em conjunto, ou atravessar um "rio" imaginário usando poucos "barcos" (folhas de papel), promovem a interdependência, a comunicação e a resolução de problemas em equipe. Nesses jogos, a habilidade de cada um se torna essencial para o sucesso do grupo.

• Brincadeiras Adaptadas: Muitas brincadeiras tradicionais podem ser adaptadas para garantir a participação de todos e, ao mesmo tempo, promover a empatia. O vôlei sentado, por exemplo, coloca todos os alunos no mesmo nível físico, independentemente de usarem ou não cadeira de rodas. O goalball, um esporte paralímpico para cegos, pode ser praticado por todos os alunos com os olhos vendados, permitindo que as crianças não portadoras de deficiência experimentem a perspectiva de um colega com deficiência visual e desenvolvam outros sentidos como a audição e o tato.

• Atividades em Grupos mistos com Papéis Definidos: O professor deve planejar trabalhos em grupo que misturem deliberadamente alunos com diferentes habilidades, atribuindo papéis que valorizem as potencialidades de cada um. Em um projeto sobre animais, por exemplo, um aluno não verbal pode ser o responsável por desenhar ou selecionar as imagens, outro com dificuldades motoras pode ser o pesquisador (usando recursos digitais), um terceiro pode ser o relator oral do grupo, e um quarto o organizador do cartaz. Assim, todos contribuem de forma essencial para o resultado final.

• Círculos de Diálogo e Rodas de Conversa: Criar espaços seguros e periódicos para falar sobre diferenças, medos, sentimentos e preconceitos é fundamental. A leitura de livros de literatura infantil que abordem o tema da deficiência de forma positiva e sensível, seguida de uma roda de conversa, pode ajudar a desmistificar estereótipos e a construir uma cultura de empatia e respeito na turma.

3.3 O Papel do Professor na Mediação das Relações

O professor é a peça-chave para que possa ser realmente obtida a verdadeira inclusão social. Sua postura e suas ações diárias modelam o comportamento das crianças. Para isso, é preciso:

• Enxergar e Apresentar os Potenciais: O professor deve evitar focar apenas nas dificuldades do aluno com deficiência. Ao contrário, deve identificar e valorizar publicamente suas habilidades e talentos, mostrando aos outros alunos as múltiplas formas de ser e saber.

• Mediar Conflitos de Forma Pedagógica: Quando surgirem conflitos ou situações de exclusão, o professor deve intervir não de forma punitiva, mas pedagógica, promovendo o diálogo e levando as crianças a refletirem sobre suas atitudes e a se colocarem no lugar do outro.

• Não Terceirizar a Inclusão: O professor não deve delegar a interação apenas ao profissional de apoio ou mediador. A responsabilidade de incluir o aluno nas dinâmicas da turma é de todos, e o professor da sala é o principal articulador desse processo. Através dessas práticas, a sala de aula deixa de ser um local de simples convivência para se tornar uma comunidade de aprendizagem, onde a equidade é construída no dia a dia, garantindo que cada criança, com suas dificuldades e potencialidades, tenha seu lugar de direito e fala.

4. DESAFIOS ESTRUTURAIS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

Além da interação social, a inclusão efetiva depende da superação de barreiras estruturais e da adoção de práticas pedagógicas flexíveis e diversas.

4.1 Barreiras Estruturais e Culturais

• Formação Docente Insuficiente: Muitos professores chegam às salas de aula sem uma formação sólida sobre as especificidades das diferentes deficiências e, principalmente, sobre as estratégias pedagógicas a favor da inclusão. A falta de preparo gera insegurança, sobrecarga e desanimo no ambiente de aula.

• Barreiras Arquitetônicas e Preconceito: Embora as barreiras arquitetônicas (falta de rampas, banheiros adaptados) ainda sejam uma realidade, as barreiras mais difíceis de transpor são as do preconceito. O capacitismo contra pessoas com deficiência, manifesta-se nas baixas expectativas, na superproteção que impede a autonomia e no isolamento.

• Rigidez do Currículo e da Avaliação: O modelo educacional tradicional, focado em um currículo extenso e em avaliações padronizadas, é extremamente excludente para o portador de deficiência. A pressão por cumprir o conteúdo programático muitas vezes deixa pouco espaço para a flexibilização necessária.

• A Relação com as Famílias: A construção de uma parceria sólida com as famílias é um desafio. De um lado, a família do aluno com deficiência pode ter receios e inseguranças. De outro, as famílias dos alunos sem deficiência podem ter dúvidas e preconceitos. A escola precisa atuar como mediadora, promovendo o diálogo e a construção de uma comunidade de apoio mútua.

4.2 Possibilidades e Ferramentas Pedagógicas

• O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): Em vez de criar adaptações pontuais, o DUA propõe o planejamento de aulas que, desde o início, ofereçam múltiplos meios de apresentação do conteúdo (textos, vídeos, áudios), de ação e expressão (escrita, desenho, fala) e de engajamento (escolhas, relevância pessoal).

• Adaptação do Currículo Escolar para a Equidade: A adaptação curricular é uma ferramenta essencial que permite ao professor ajustar objetivos, conteúdos, metodologias e, principalmente, a avaliação, para atender às necessidades específicas de um aluno, garantindo que ele possa aprender e ser avaliado de forma justa.

• Tecnologia Assistiva: A tecnologia surge como uma poderosa aliada, com softwares de leitura de tela, pranchas de comunicação alternativa e outros recursos que podem remover barreiras à comunicação e ao aprendizado, facilitando a participação em equidade.

5. CONCLUSÃO

A jornada da educação inclusiva, analisada neste artigo, revela um campo em constante disputa e construção. Se, por um lado, o embasamento legal e os avanços em abordagens pedagógicas representam possibilidades concretas e poderosas aliadas, por outro, os desafios ligados à formação docente, à superação das barreiras do preconceito e à falta de investimento estrutural ainda são obstáculos imensos, que criam um abismo entre o ideal da inclusão e a realidade vivida em muitas salas de aula.

Ficou claro que a inclusão transcende a simples presença física do aluno com deficiência. Trata-se de um processo ativo e intencional de transformação da cultura escolar, cujo coração é a promoção de interações sociais ricas e significativas entre todos os alunos. É na brincadeira compartilhada, no trabalho em grupo cooperativo e no diálogo respeitoso que as barreiras do preconceito são derrubadas e o verdadeiro sentimento de pertencimento é construído. Retomando Freire (1996), é na prática dialógica e libertadora que a educação se cumpre, e não há liberdade onde há exclusão.

O sucesso desse processo não reside em fórmulas mágicas, mas na qualidade da mediação pedagógica e no compromisso ético-político de toda a comunidade. Mais do que um aplicador de técnicas, o professor inclusivo é um pesquisador de sua própria prática, um criador de pontes, um mediador de relações e um defensor intransigente do direito de cada aluno de aprender e de se relacionar. Seu papel é insubstituível, mas ele não pode estar sozinho nessa jornada.

O futuro aponta para uma escola que utiliza a tecnologia para personalizar, que combate ativamente o preconceito e que trabalha em rede com outros setores da sociedade. Essa visão, contudo, só se concretizará com investimentos sólidos em infraestrutura, polí-

ticas públicas consistentes e, acima de tudo, em uma formação docente crítica e continuada, que capacite os educadores não apenas para "aceitar" a diversidade, mas para celebrá-la e potencializá-la.

Assim, conclui-se que a educação inclusiva, quando efetivada com seriedade e recursos, não apenas garante um direito fundamental, mas se torna um instrumento poderoso para a construção de uma sociedade mais justa, empática e verdadeiramente democrática, onde o valor de cada indivíduo é reconhecido e onde as diferenças não são vistas como problemas, mas como a própria essência da condição humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.